

**A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA  
VIOLÊNCIA NA AMAZÔNIA  
PARAENSE: relações  
discursivas do jornal *Correio  
do Tocantins***

THE SOCIAL CONSTRUCTION OF THE  
VIOLENCE IN THE PARÁ AMAZON:  
discursive relations of the newspaper  
*Correio do Tocantins*

LA CONSTRUCCIÓN SOCIAL DE LA  
VIOLENCIA EN LA AMAZONA PARAENSE:  
relaciones discursivas del diario *Correio  
do Tocantins*

**Alda Cristina Costa<sup>1</sup>  
Thaís Luciana Corrêa Braga<sup>2</sup>  
Ana Caroliny do Nascimento Pinho<sup>3</sup>  
Nathan Nguangu Kabuenge<sup>4, 5, 6</sup>**

<sup>1</sup> Pós-doutora em Comunicação, Linguagens e Cultura (Unama). Doutora e mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA/UFPA). Graduada em Comunicação Social/Jornalismo (UFPA). Coordenadora dos grupos de pesquisa "Mídia e Violência: representações e percepções na Amazônia" e "Narrativas Contemporâneas na Amazônia Paraense (Narramazônia)". E-mail: [aldacristinacosta@gmail.com](mailto:aldacristinacosta@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8430-5703>.

<sup>2</sup> Doutoranda em Ciências da Comunicação, na Universidade do Minho (Portugal). Mestre em Ciências da Comunicação pelo Programa de Pós-graduação Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará (PPGCOM/UFPA). Graduada em Comunicação Social/Jornalismo pela Universidade da Amazônia (Unama) e em Engenharia Ambiental pela Universidade do Estado do Pará (Uepa). Investigadora do Narramazônia. E-mail: [thaislbraga@gmail.com](mailto:thaislbraga@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2505-7367>.

<sup>3</sup> Mestre em Ciências da Comunicação (PPGCOM/UFPA). Graduada em Comunicação Social/Jornalismo (Unama). Investigadora nos grupos de pesquisa "Mídia e Violência: representações e percepções na Amazônia" e "Narramazônia". E-mail: [anacarolinypinho@gmail.com](mailto:anacarolinypinho@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4139-7468>.

<sup>4</sup> Mestrando em Ciências da Comunicação (PPGCOM/UFPA). Graduado em Comunicação Social/Jornalismo (UFPA). Investigador nos grupos de pesquisa "Mídia e Violência: representações e percepções na Amazônia" e "Narrativas Contemporâneas na Amazônia Paraense (Narramazônia)". E-mail: [nathannguangu@hotmail.com](mailto:nathannguangu@hotmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3705-2125>.

<sup>5</sup> Endereço de contato dos autores (por correio): Universidade Federal do Pará, rua Augusto Corrêa, 01, Guamá, 66075-110, Belém, PA, Brasil.

## RESUMO

Os conflitos agrários na Amazônia configuram-se como um grave problema de violência, proveniente da concentração da propriedade da terra, da formação de latifúndios e do assassinato de trabalhadores. O artigo objetiva compreender a construção social da violência pelo *Correio do Tocantins*, jornal impresso produzido em Marabá, cidade no sudeste do Estado do Pará. Como postura teórico-metodológica, recorreu-se à hermenêutica de profundidade (THOMPSON, 2011), que propõe a (re)interpretação de construções simbólicas em contextos socialmente estruturados. A análise de seis notícias publicadas na primeira edição do periódico evidencia a atuação dos pistoleiros como colaboradores da polícia e responsabiliza os migrantes pelos crimes.

**PALAVRAS-CHAVE:** Violência; conflitos agrários; *Correio do Tocantins*, Amazônia paraense; hermenêutica de profundidade.

## ABSTRACT

Agrarian conflicts in the Amazon are a serious problem of violence, resulting from the concentration of land ownership, of the formation of latifundia and of the murder of workers. The article aims to understand the social construction of violence by *Correio do Tocantins*, a newspaper produced in Marabá, city in the southeast of the state of Pará. As a theoretical-methodological posture, depth hermeneutics was used (THOMPSON, 2011), which proposes (re)interpretation of symbolic constructions in socially structured contexts. The analysis of six news published in the first edition of the journal highlights the role of the gunmen as police collaborators and makes the migrants responsible for the crimes.

**KEYWORDS:** Violence; agrarian conflicts; *Correio do Tocantins*, Pará Amazon; depth hermeneutics.

---

<sup>6</sup> Uma versão preliminar do artigo foi apresentada no GT Discurso e Comunicação do XIV Congresso da Associação Latinoamericana de Investigadores da Comunicação (Alaic), realizado na Universidade da Costa Rica, em San José, nos dias 30 e 31 de julho e 1º de agosto de 2018

## RESUMEN

Los conflictos agrarios en la Amazonía se configuran como un grave problema de violencia, proveniente de la concentración de la propiedad de la tierra, de la formación de latifundios y del asesinato de trabajadores. El artículo tiene como objetivo comprender la construcción social de la violencia a partir del *Correio do Tocantins*, periódico impreso en la ciudad de Marabá, ubicada en el sudeste del Estado de Pará. Como postura teórica-metodológica, se recurrió a la hermenéutica de profundidad (THOMPSON, 2011), que propone la (re)interpretación de construcciones simbólicas en contextos socialmente estructurados. El análisis de seis noticias publicadas en la primera edición del periódico evidencia la actuación de sicarios como colaboradores de la policía y responsabiliza a los migrantes por los crímenes.

**PALABRAS CLAVE:** Violencia; conflictos agrarios; *Correio do Tocantins*; Amazonía paraense; hermenéutica de profundidad.

Recebido em: 19.04.2018. Aceito em: 26.07.2018. Publicado em: 08.10.2018.

“No lugar que havia mata, hoje há perseguição.  
Grileiro mata posseiro só prá lhe roubar seu chão.  
Castanheiro, seringueiro já viraram até peão,  
afora os que já morreram como ave-de-arribação.  
Zé de Nata tá de prova, naquele lugar tem cova,  
gente enterrada no chão.”

(Vital Farias, “Saga Amazônia”)

### Considerações iniciais

Os conflitos agrários e a violência no Estado do Pará, segundo Sauer (2005), estão diretamente associados à concentração da propriedade de terra, em alguns casos, feita por meio da apropriação ilegal de terras públicas – prática conhecida como “grilagem”. Nesse contexto, as violações caracterizam-se pela extração criminosa dos recursos florestais; pela expulsão violenta e prisões de posseiros, extrativistas, ribeirinhos, indígenas e populações tradicionais que ocupam a terra há muitas décadas; pelas práticas de trabalho escravo; e pelo assassinato de trabalhadores e suas lideranças.

Conforme dados registrados no Atlas de Conflitos na Amazônia (2017)<sup>7</sup>, organizado pela Articulação das Comissões Pastorais da Terra (CPT) da Amazônia – projeto que reúne nove regionais da Amazônia Legal –, atualmente, 42 dos 144 municípios existentes no Estado do Pará possuem conflitos no campo, ou seja, foram mapeados 142 conflitos, envolvendo 20.498 famílias.

---

<sup>7</sup> O Atlas de Conflitos na Amazônia é uma publicação que nasceu com a finalidade de complementar, anualmente, os dados divulgados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) sobre os conflitos de terra. É uma iniciativa interna da Articulação da CPT na Amazônia e tem como proposta recolher os dados anuais de Conflitos no Campo do Brasil, mapeando por municípios os locais onde existem conflitos, a partir do recolhimento das informações entre todas as equipes amazônicas da CPT, a fim de de melhorar a compreensão acerca dos desafios enfrentados pela Amazônia.

Práticas essas observadas à medida que o modelo desenvolvimentista se estruturou na Amazônia, patrocinado pelo governo Federal, garantindo a infraestrutura para os novos projetos (estradas, portos, aeroportos e outros); com a vinda de milhares de pessoas, oriundas de várias regiões brasileiras que se instalaram às margens das estradas, gerando a devastação florestal e a disputa de terras privilegiadas.

Segundo Loureiro e Pinto (2005), até meados dos anos de 1960, as terras amazônicas pertenciam basicamente à União e aos Estados, sendo 87% de matas e terras incultas, exploradas por milhares de caboclos e ribeirinhos que viviam do extrativismo vegetal e animal; 11% constituíam-se de pastos naturais de antigos fazendeiros, localizados no Marajó e Baixo Amazonas; e 1,8% eram ocupadas com lavouras e apenas metade delas possuía título de propriedade privada. Conforme afirmam os autores, a quase totalidade das terras da Amazônia era constituída por terras públicas e "livres" de titulação como propriedade privada. Do mesmo modo, Becker (1996) identifica que a expansão das grandes empresas, empurrou "os pequenos produtores para terras menos férteis e/ou menos acessíveis, através do violento processo de expulsão e expropriação de suas terras".

De acordo com o Atlas da Violência de 2016, entre os 26 Estados brasileiros e o Distrito Federal, no período de 2004 a 2014, o Pará teve a sexta mais elevada taxa de homicídios por cada 100 mil habitantes. Das 20 microrregiões mais violentas do País, três são paraenses: Altamira, no sudoeste do Estado; Marabá, ao sul do Pará; e a capital Belém. Recorre-se ao conceito de violência nos estudos de Costa (2010), que reflete sobre o problema social como de significado múltiplo, expressivo e complexo dentro do campo semântico, no qual várias outras ideias se relacionam e são incorporadas, a

exemplo dos conflitos agrários. Dentro de um quadro mais amplo das estruturas de poder sociais, culturais, políticas e econômicas da sociedade, observa-se a atuação dos meios de comunicação de massa como responsáveis em colocar em circulação discursos, neste caso, sobre a violência, de forma de promover determinados arranjos institucionais.

O artigo objetiva identificar e compreender a construção social da violência pelo *Correio do Tocantins*, jornal impresso produzido em Marabá, cidade no sudeste do Estado do Pará considerada uma das mais violentas e que já foi “palco” de diversos conflitos de violência<sup>8</sup>. Selecionou-se a primeira edição do periódico, de 15 de janeiro de 1983, por se entender que se trata do ponto de partida para uma investigação mais ampla sobre meios de comunicação regionais<sup>9</sup> da Amazônia paraense. Como postura teórico-metodológica, recorreu-se à hermenêutica de profundidade<sup>10</sup> (HP), proposta

---

<sup>8</sup> Nas décadas de 1990 e 2000, o município de Marabá e sua região de entorno ficaram conhecidos por intensos conflitos, com crimes, relacionados à questão latifundiária. Neste período, houve uma explosão demográfica na área, não acompanhada de políticas estatais. As tensões no campo culminaram em assassinatos de sindicalistas, camponeses, líderes religiosos e políticos.

<sup>9</sup> Aqui, a ideia de região não se trata, apenas, de localização geográfica do espaço, mas, sim, do que Haesbaert (2010, p. 116) define como território, isto é, de uma abordagem sobre o espaço que prioriza, dentro dessa grandeza espacial, a dimensão; as problemáticas de caráter político ou que envolvem a manifestação/realização das relações de poder, em suas múltiplas esferas. Souza (2013, p. 35) corrobora ao afirmar que, por meio do conceito de território, a materialidade não esgota o espaço social e as próprias relações sociais tornam-se, em determinadas circunstâncias ou a partir de uma determinada perspectiva, espaço. Adotou-se a expressão meios de comunicação de massa regionais, porque é essa a terminologia amiúde utilizada na literatura acadêmica quando se fala das características, dos tensionamentos e das articulações entre esses e os meios de comunicação de referência estadual e/ou nacional. Porém não se perdeu de vista o caráter territorial.

<sup>10</sup> A hermenêutica de profundidade (HP) emerge da ênfase cultural, proposta por Paul Ricoeur, que trata a exegese textual como um sistema de interpretação, distinguindo símbolos unívocos de equívocos. Para o filósofo, símbolos unívocos representam signos de sentido único e símbolos equívocos são o centro da hermenêutica – uma vez que a interpretação tem a ver com textos simbólicos de múltiplos significados, ou seja, polissêmicos; os quais podem “construir uma unidade semântica que tem (como os mitos) um significado superficial totalmente coerente, tendo ao mesmo tempo um significado mais fundo” (Palmer, 2011, p. 53). A tarefa da

por Thompson (2011), a qual evidencia o fato de que o objeto em análise representa uma construção simbólica significativa e, portanto, exige uma interpretação. A HP divide-se em três fases ou procedimentos principais, a saber: análise sócio-histórica; análise formal ou discursiva; e interpretação/re-interpretação.

Aqui, a análise sócio-histórica se consistiu em três pontos principais: (1) caracterização do *Correio do Tocantins* como meio de comunicação regional; (2) formação da fronteira amazônica e a explosão de conflitos agrários; (3) reflexão sobre os meios de comunicação e suas ideologias. Na análise formal ou discursiva, recorreram-se aos estudos críticos do discurso, em Van Dijk (1983; 1995; 2015), para observar os sentidos construídos pelo jornal sobre a violência em Marabá a partir de seis notícias, presentes das páginas 14 a 16 do *Correio do Tocantins*. Última etapa, a interpretação/re-interpretação correspondeu às considerações finais, uma vez que o percurso da HP sobre construções simbólicas previamente interpretadas conduziu a novos significados não só sobre a violência em Marabá, mas, também, sobre o discurso do jornal sobre a questão.

Com base nessa construção e representação da vida social, observa-se o cotidiano como uma realidade interpretada pelas pessoas e dotado de sentido, uma vez que o mundo se torna organizado à medida que se compreende e se compartilha os fatos com os outros (BERGER; LUCHMANN, 1995). Isso quer dizer que, se se precisa entender o significado dos produtos cotidianos dos meios de comunicação de massa, é necessário não somente analisar o conteúdo da mensagem produzida por ela, mas, também, entender o contexto

---

hermenêutica, portanto, na perspectiva ricoeuriana, consiste em revelar o sentido mais fundo do texto, para além do conteúdo manifesto, isto é, em "reconhecer qual a mensagem relativamente unívoca que o locutor construiu apoiado na base polissêmica do léxico comum" (Ricoeur, 2013, p. 25).

sociocultural e espaço-temporal no qual as notícias são produzidas (THOMPSON, 2011).

### **"Correio do Tocantins. o jornal de Carajás"**

O estudo de Castro (2012) é referência por apontar os cinco grupos amazônicos de comunicação, que se projetam regional, ou mesmo, nacionalmente e que se caracterizam por uma estrutura de propriedade cruzada ampla, bem como por uma estrutura de telejornalismo própria. Ainda, todos se articulam com os sistemas políticos estaduais. São eles: no Pará, as Organizações Romulo Maiorana (ORM) e a Rede Brasil Amazônia (RBA); no Amazonas, a Rede Amazônica e a Rede Calderaro de Comunicação, também conhecida como *A Crítica*, e no Tocantins, Organizações Jaime Câmara (OJC).

Os grupos de comunicação paraenses, ORM e a RBA, formam uma cena fortemente polarizada, em que o primeiro, de propriedade da família Romulo Maiorana, tradicionalmente apoia os governos de situação, em especial, os vinculados ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), enquanto o segundo é diretamente ligado ao senador da República Jader Barbalho<sup>11</sup> e ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) (VELOSO, 2008).

---

<sup>11</sup> O nome de Jader Barbalho é, amiúde, relacionado a escândalos de corrupção no Congresso Nacional. De acordo com Veloso (2008), sua trajetória política iniciou-se ao longo dos anos 1960 e 1970, liderando a oposição local ao regime militar como dirigente estudantil, vereador e deputado do então Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Em 1982, venceu as eleições para o governo do Estado, derrotando o empresário Oziel Carneiro, apoiado por Romulo Maiorana. Na avaliação da autora, Jader encarnava o ideal do jovem político destemido diante do poder ditatorial, comprometido com as mudanças pelas quais o Pará clamava. Deixou o governo do Estado em 1986 e tornou-se ministro da Reforma Agrária e da Previdência Social no governo Sarney (1985-1989), novamente governador do Pará (1990- 1994) e senador da República (1994-2001) – mandato que renunciou após troca de acusações com o também senador baiano Antônio Carlos Magalhães, falecido em julho de 2007. A ascensão político-comunicacional de Jader Barbalho fez com que seus adversários se aliam-se as ORM e passassem a utilizar *O Liberal* para atacar o atual senador da República publicamente.

O estudo de Pinto (2015) corrobora as informações acima ao evidenciar que uma das principais características dos meios de comunicação da região Norte são os laços perenes com atores políticos. Aponta, ainda, que, dos Estados que compõem a região Norte do Brasil, o Pará é o que possui o maior equilíbrio em relação à quantidade de meios de comunicação entre a capital e o interior. Além das ORM e da RBA, há, no interior paraense, grupos de comunicação que funcionam independentemente dos grupos de Belém, a exemplo do jornal *Correio do Tocantins*.

Com 35 anos de existência, o *Correio do Tocantins* caracteriza-se como o mais antigo jornal impresso a circular fora da capital do Estado. De acordo com o blog Zedudu, suas origens estão relacionadas ao comerciante piauiense Mascarenhas Carvalho Luz, que, de 1974 a 1980, assinou a coluna "M. Carvalho informa" no jornal semanal *O Marabá* – publicação que circulou pela cidade homônima e municípios vizinhos. Com o fim de *O Marabá*, Mascarenhas Carvalho Luz passou a editar o jornal *Vanguarda*, cujo caráter era político, em essência, e diretamente relacionado à família de Osório Pinheiro, apontado por Petit (2003) como possuidor de uma das maiores fortunas individuais no território da bacia Araguaia-Tocantins. Em 1982, o *Vanguarda* saiu de circulação e, no ano seguinte, Mascarenhas Carvalho Luz inaugurou o próprio jornal.

Ainda conforme o blog, durante os primeiros anos de funcionamento do *Correio do Tocantins*, o jornal era diagramado e impresso em Belém. Passou a ser inteiramente produzido em Marabá a partir dos anos 1990, circulando três vezes por semana: às terças-feiras, às quintas-feiras e aos sábados – periodicidade que se mantém até os dias atuais. As principais notícias do *Correio do Tocantins* estão relacionadas à política, à cidade, ao esporte e à

violência, bem como se destaca o colonismo social. Com 16 páginas, a primeira edição não foi impressa em cores.

No editorial da primeira edição, o *Correio do Tocantins* afirma ser um jornal “sem tendência política ou partidária”, cujo compromisso é com a “informação verdadeira, séria, interessante e imparcial”. No entanto, além da atuação de Mascarenhas Carvalho Luz no jornalismo político, ao se predispor a tratar temas como “Carajás, Serra Pelada, o problema da Castanha, a ponte sobre o Tocantins, as enchentes, o conflito de terras, o desemprego, a violência e outros temas de interesse público”, o *Correio do Tocantins* reveste-se de natureza política no sentido agonístico, ou seja, a procura pelo estabelecimento de certa ordem e organização da coexistência humana em condições que são sempre conflituais, pois são sempre afetadas pela dimensão do político, isto é, do antagonismo inerente às relações humanas e por meio do qual emergem diferentes tipos de relações sociais (MOUFFE, 2005). Dessa forma, o *Correio do Tocantins* não só se torna um representante do jornalismo regional da Amazônia paraense, como também atua como agente político, ainda que não tenha, explicitamente, relações político-partidárias.

### **Fronteira amazônica e conflitos agrários**

Segundo Becker (1996), os conflitos que ocorrem na Amazônia decorrem das contradições intrínsecas à inserção do Brasil no sistema capitalista mundial, pós-Segunda Guerra Mundial (1939-1945), bem como da inexistência de organizações sociais prévias, capazes de resistir às novas apropriações. Por isso, as transformações que ocorrem na fronteira amazônica são mais aceleradas do que no resto do território nacional, bem como possuem a peculiaridade de associar a escala espacial e à escala temporal.

A autora supracitada explica que a Amazônia é vista como fronteira, pois se configura como espaço de projeção para o futuro, potencialmente alternativo. Ainda, tem valor como espaço onde é possível implantar rapidamente novas estruturas e como reserva de energia. Huertas (2009) corrobora ao afirmar que o conceito de fronteira mantém implícito a visão capitalista de apropriação e ocupação do espaço. Para Cunha (2005), tanto pela sua especificidade de espaço liminar, como pelo peso das circunstâncias históricas que as envolvem, ou, ainda, pelo modo como nelas se projetam estratégias de territorialização e de demarcação cultural, as fronteiras revelam quadros de permanência e de mudança, bem como refletem dinâmicas sociais amplas.

De acordo com Paes Loureiro (1995), a história de uma parte da Amazônia, especialmente do Pará, representa um eixo invisível em que a distância no espaço, em relação aos demais Estados brasileiros, passou a ser entendida como distância no tempo. Os núcleos de influência e implantação da cultura europeia haviam sido, no período colonial, os Estados Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Bahia – de forma que as práticas desses locais eram vistas como “atuais” e “modernas”, no sentido de novo ou de avançado. Longe do espaço europeizado, a Amazônia, além de ser vista como “espaço vazio”, situava-se num tempo passado, primitivo.

Bueno (2002) aponta que, no governo do presidente Getúlio Vargas (1930-1945), encontram-se um planejamento estatal embrionário e uma política nacionalista e intervencionista, em que a integração e a unidade nacionais, com base nas “vocações regionais”, passaram a ser competência do Estado brasileiro. Com vocação extrativista, para a Amazônia era necessário atrair homens para ocupar a fronteira. Becker (1996) afirma que se desenvolveram formas

diversificadas de apropriação da terra, com acirrada disputa pela organização da produção. Nas décadas de 1950 e 1960, a ocupação da Amazônia tinha um caráter de fronteira agrícola, impulsionada por frentes camponesas e por fazendeiros, que se apossavam das terras num movimento espontâneo.

Após o golpe militar de 1964, a ocupação da Amazônia tornou-se prioridade máxima e, a partir de 1968, incentivos fiscais e créditos especiais a baixos juros tornaram-se formas seletivas de subsidiar a implantação dominante da empresa agropecuária vinculada a firmas nacionais e multinacionais. Da mesma forma, o Estado passou a desenvolver programas de distribuição de terra em locais estratégicos a fim de atender a interesses de grupos sociais diversos e a cooptar massas de população rural. Ainda de acordo com Becker (1996), empresas agropecuárias e fazendeiros individuais passaram a exercer, conjuntamente, o monopólio da terra, ao passo que a pequena produção tornou-se instável, uma vez que, na Amazônia, rapidamente se formou o processo de atração de migrantes, de posse eventual da terra e de contínua expropriação.

No entanto, a integração homogeneizadora imposta pela malha programada do governo Federal não é absoluta, nem total. Becker (1996) explica que, na década de 1970, alguns fazendeiros que haviam se instalado anteriormente na fronteira amazônica venderam suas terras para empresas ou para especuladores de terra. Outros, em melhores condições econômicas e/ou políticas, habilitaram-se ao crédito concedido pelo governo Federal. Os posseiros, por sua vez, foram expulsos de suas terras.

Cidades do sul do Pará, como Marabá, Conceição do Araguaia, Xinguara, Tucumã e São Félix do Xingu, reorganizaram-se política e economicamente após o colapso da borracha, no início do século XX. Schmink e Wood (2012)

afirmam que, quando a abertura de rodovias, que foi uma das estratégias do governo Federal para a ocupação da fronteira amazônica, atingiu aquelas cidades, tanto a economia quanto a população delas já haviam crescido e se diversificado. Isso não impediu, porém, um drástico reordenamento espacial: os assentamentos humanos deslocaram-se da beira dos cursos d'água para a beira de estradas, como a Transamazônica e a Belém-Brasília.

Marabá, localizada no encontro dos rios Tocantins e Itacaiúnas, foi fundada por comerciantes que enriqueceram com a venda de borracha e, posteriormente, de castanha-do-Pará. Schmink e Wood (2012) apontam que, ao contrário dos barões da borracha que a precederam, a nova elite político-econômica de Marabá buscou direitos legais sobre as vastas áreas onde as castanheiras cresciam, de forma a consolidar imensos latifúndios. Os autores afirmam que, entre os anos 1920 e 1950, os castanhais "livres" em terras estaduais e municipais na área de Marabá foram submetidos ao controle dos comerciantes da cidade. Para expandir o controle da produção, muitos contratavam capangas para vigiar os trabalhadores em locais remotos por meio da violência. A expansão do extrativismo da castanha também acarretou violentos conflitos com os índios gavião e kayapó, quando os trabalhadores se aventuravam pelas terras indígenas.

A década de 30 também testemunhou a descoberta de ouro e diamantes próximos a Marabá. Enquanto as castanhas eram coletadas durante os meses chuvosos, a prospecção mineral era uma atividade complementar durante os meses de seca. Na Segunda Guerra Mundial, o reavivamento do comércio da borracha, então sob o Acordo de Washington, compensou a interrupção da demanda pelo mercado exterior por bens de luxo, como a castanha. O garimpo de ouro e diamantes em pequena escala teve continuidade e a ele se somou o garimpo de quartzo, mineral de importância estratégica para os esforços de guerra. Alguns donos de castanhais começaram a diversificar suas atividades, adotando a agricultura, a pecuária, e a

cidade de Marabá consolidou ainda mais seu papel como centro comercial regional (Schmink e Wood, 2012, p. 200).

Os autores afirmam que, ao final das décadas de 1940 e 1950, com o gradual aumento da população, Marabá tornou-se um centro de engorda de gado vindo dos Estados de Goiás e do Maranhão, rumo a Belém. De acordo com Petit (2003), as famílias que controlavam a produção de castanha intensificaram, a partir de meados da década de 1970, o desmatamento de castanhais para o plantio de pastos para a criação de gado e/ou garantir a posse definitiva das terras de castanhais. A pecuária foi a principal atividade econômica de Marabá até serem descobertas as jazidas de ouro em Serra Pelada, em 1980, e se iniciarem as atividades do Programa Grande Carajás (PGC)<sup>12</sup> – também conhecido como Carajazão –, a partir de 1986.

### Os meios de comunicação e a construção discursiva

Observa-se, em diálogo com Van Dijk (1995), que os meios de comunicação de massa são dotados de poder social, pois colocam em relação

---

<sup>12</sup> Comandado exclusivamente pela então Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) – hoje, Vale S/A –, o Programa Grande Carajás trata-se do conjunto formado pela extração de minérios; pela Estrada de Ferro Carajás; pelo porto de Itaqui, em São Luís; por núcleos urbanos ao longo da ferrovia, como a Vila de Carajás; e pelos projetos industriais. Becker (1996) explica que foram planejados dois núcleos urbanos complementares: a vila de Carajás, no topo da serra, para abrigar os funcionários da CVRD envolvidos diretamente na extração do minério; e Parauapebas, no sopé da serra, como depósito de mão de obra para a construção de Carajás e suas estradas de acesso, bem como para reter a migração no sopé da cidadela. O estudo de Rodarte (2017) explica as relações conflituosas entre a Vale S/A, o governo Estadual e a sociedade local, desde os impactos ambientais que a empresa causou durante a implantação dos projetos de infraestrutura, como a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, até a privatização da empresa, em 1997, que não sofreu resistência pelo então governador Almir Gabriel, na época, aliado do então presidente Fernando Henrique Cardoso. Hoje, a Vale S/A é uma das maiores mineradoras do mundo e funciona como um poder paralelo ao poder do Estado, ao qual não presta contas. Na avaliação da autora, a empresa tem a liberdade de capital privado e as vantagens de uma estatal. Em 2012, foi eleita pelo *Public Eye Awards* ("prêmio" mundial criado pelo Greenpeace) como a pior corporação do mundo.

grupos ou instituições de forma que os mais poderosos tentem exercer o controle sobre os menos poderosos a partir do discurso. Trata-se de um poder simbólico e persuasivo, pois o controle se dá até certo ponto sobre as mentes dos leitores, e não sobre as ações deles, bem como há a possibilidade de resistência à persuasão.

Esse controle mental dos meios de comunicação, a luz do pensamento do autor, torna-se particularmente eficaz quando os leitores não percebem a natureza ou as implicações de tal controle ou quando aceitam o discurso mediático como verdadeiro, legítimo e correto. Por isso, para analisar o poder social e suas dimensões simbólicas, é necessário ir além de uma abordagem social ou política do poder. É preciso observar as representações mentais, incluindo as chamadas cognições sociais, como atitudes e ideologias, compartilhadas por grupos de leitores. Somente a partir dessa abordagem “noções bem conhecidas, porém vagas, como influência ou manipulação, podem finalmente ter um significado preciso” (Van Dijk, 1995, p. 11).

Os estudos críticos do discurso definem ideologias como estruturas cognitivas complexas que proporcionam coerência às atitudes sociais – as quais, por sua vez, determinam as práticas sociais. Van Dijk (2015) explica que, nos meios de comunicação, a estratégia de controle do conhecimento exerce-se por meio da restrição seletiva de assuntos e, mais geralmente, por meio de reconstruções específicas das realidades sociais e políticas. O processo é dirigido por um sistema de valores e de ideologias profissionais sobre as notícias e sobre o que deve ou não ser notícia.

Na visão de Geertz (2015), as ideologias caracterizam-se como um sistema cultural que responde à tensão e que se torna crucial como fonte de significados e atitudes sociopolíticas. Numa dimensão apologética e

justificadora, a ideologia refere-se à parcela da cultura que se preocupa ativamente com o estabelecimento e a defesa de padrões de crença e de valor. Para Thompson (2011), os fenômenos ideológicos tornam-se significativos quando, em circunstâncias sócio-históricas específicas, estabelecem e sustentam relações de dominação. Por isso, a importância de se examinar a interação de sentido e poder em circunstâncias particulares.

Van Dijk (1998) propõe que as ideologias sejam analisadas a partir de três instâncias: (1) funções sociais para grupos ou instituições dentro da estrutura social, ou seja, observar por que as pessoas desenvolvem e usam as ideologias, em primeiro lugar; (2) estruturas cognitivas, isto é, caracterização da natureza mental, dos componentes e das estruturas internas das ideologias, bem como suas relações com outras estruturas cognitivas ou representações sociais, tais como valores, normas, atitudes, opiniões e conhecimentos socialmente compartilhados. Busca-se responder como as ideologias se parecem e como elas monitoram as práticas sociais; (3) expressão e reprodução discursiva, que visa à compreensão da forma pela qual as ideologias são expressas, adquiridas e reproduzidas pelas estruturas de texto e fala socialmente situados.

Aqui, se empreende a análise dos meios de comunicação como reprodutores de discursos ideológicos, a saber, pela terceira proposição supracitada, pois se entende que “toda palavra é ideológica e toda utilização da língua está ligada à evolução ideológica” (Bakhtin, 2014, p. 126). O autor explica que o discurso escrito se integra, de certa maneira, a uma discussão ideológica em grande escala: responde a alguma coisa, refuta, confirma, antecipa as respostas e objeções potenciais, procura apoio, entre outras.

Martins (2017) observa que um discurso tem mais ou menos força, mais ou menos poder quando organizado e autorizado socialmente, de acordo com linhas de força de um campo de posições sociais assimétricas. Para o autor, os fenômenos discursivos são fatos sociais, ou seja, caracterizam-se pelo conjunto de propriedades sociais referidas (propriedades legítimas) que, fazendo sistema, produzem acessibilidade social da linguagem. Da mesma forma, a linguagem torna-se palavra de ordem, signo de autoridade, pois cumpre uma função institucional. Nas palavras de Martins (2017, p. 97): “Os agentes que interagem não o fazem à vontade; fazem-nos como podem, no interior de um campo de posições sociais assimétricas”.

### **A construção social da violência**

Estudos empreendidos ainda na década de 1980 já apontavam três tipos de violência na análise dos conflitos de terra na Amazônia: (1) a violência física do policial, do jagunço, contra o posseiro, o peão – início da ordem privada em detrimento da ordem pública; (2) a violência da justiça, que se transformou “em executora de uma política de expropriação territorial, de privilégio dos interesses da empresa privada sobre os direitos da pessoa” (MARTINS, 1984, p. 59); (3) como consequência das duas violências anteriores, a violência que resulta da interferência direta do Poder Executivo, por meio da ação militar e policial, na questão fundiária, “mediante o alijamento da justiça do processo decisório, o alijamento das entidades de representação de classe dos interessados, como o sindicato e o partido político” (MARTINS, 1984, p. 59).

Portanto, observa-se que as ideologias e outras representações sociais da mente são “sociais” porque são socialmente compartilhadas e podem ser expressas por meio do discurso. Van Dijk (1998) explica que os meios de

comunicação põem em circulação não apenas as ideologias de grupos, mas, também, conhecimentos e opiniões pessoais sobre pessoas específicas, eventos e situações – as quais derivam de opiniões ou atitudes socialmente compartilhadas, bem como das experiências e avaliações pessoais das pessoas.

Os modelos representam a interface entre o social e o pessoal, entre o geral e o específico, entre as relações sociais e a sua promulgação no discurso e outras práticas sociais. Van Dijk (1998) esclarece a maneira usual e indireta de expressão ideológica no discurso: as ideologias organizam grupos específicos; essas atitudes podem ser usadas na formação de opiniões pessoais como representadas em modelos; e essas opiniões pessoais podem, finalmente, ser expressas em texto e conversas.

Como procedimento analítico na construção social da violência pelo jornal *Correio do Tocantins*, trabalhou-se com a noção de superestruturas e macroestruturas. Segundo Van Dijk (1983, p. 142), as superestruturas consistem nas estruturas globais que caracterizam um tipo de texto, ou seja, diz respeito à forma e ao tema, enquanto as macroestruturas referem-se ao conteúdo, isto é, são de natureza semântica. No quadro 1 (abaixo), estão descritas as manchetes (M), as submanchetes (SM) e o lide (L), pois, tratam-se das principais categorias da notícia. Para cada notícia, sistematizaram-se macroestruturas. Foram analisadas seis notícias, presentes das páginas 14 a 16, na editoria “Polícia”.

**Quadro 1** Notícias sobre violência presentes na primeira edição do *Correio do Tocantins*

Superestruturas		Macroestruturas
M	Figurões comandam “gang” de puxadores	Pego pela polícia, integrante de um grupo de ladrões de carro revela como eram feitos os roubos e aponta quem participa do crime.
SM	-	
L	Uma poderosa e bem articulada “gang” de ladrões de carros acaba de ser descoberta no sudeste e sul do Pará, graças ao trabalho incansável e dedicado de policiais de Marabá, tendo à frente os delegados Luís e Luivan Lopes. O quartel general dos puxadores e receptores fica em	

	Tucuruí, onde estão envolvidas figuras de prestígio econômico na cidade, além de bandidos especialmente contratados para a empreitada criminosa, cujo saldo, segundo o delegado Luivan Lopes, é de mais de 200 carros roubados. A descoberta da "gang" e seus chefes foi possível graças à prisão de João Alves da Silva, vulgo "Mineirinho", que deu todo o serviço.	
M	Marabá está com medo	Número de crimes aumenta, em Marabá.
SM	Crimes abalam população	
L	O município de Marabá, que tem uma população com mais de 70 mil habitantes, já está pagando alto o preço de seu desenvolvimento. O índice de criminalidade, só no ano de 1982, atingiu a proporção de um em cada três dias.	
M	A imigração como causa	Migrantes de outros Estados são responsabilizados pelo aumento da criminalidade, em Marabá.
SM	-	
L	O dr. Lourival Souza, delegado regional de Marabá, nomeado recentemente para assumir, nesta cidade, ouvido, para falar sobre o alto índice de criminalidade em Marabá, disse ao <i>Correio do Tocantins</i> , que: "a imigração como causa primeira, tendo Marabá um grande fluxo de pessoas de todas as outras partes do Brasil, uns sonhando com Carajás; outros visando Serra Pelada, poderia ser o grande responsável por este índice tão elevado de crimes em Marabá". Nestas circunstâncias, acrescentou o delegado: "Marabá recrutaria até mesmo ex-presidiários de outros Estados, o que só justificaria esta situação".	
M	Um ônus do progresso	Poder público não consegue combater à criminalidade, porque a violência é cometida por pessoas que não residem em Marabá e porque não há aparato policial. Violência é entendida como consequência do desenvolvimento da Amazônia.
SM	-	
L	"O índice é alarmante e preocupa muito a justiça. A maior preocupação é a impossibilidade de punir esses crimes está no fato de serem praticados por pessoas que não moram em Marabá, que chegam pelas estradas que ligam a cidade". Foi o que indicou dizendo a Dra. Ruth Nazaré de Couto Gurjão, juíza de Direito de Marabá, quando ouvida para falar sobre o alto índice de criminalidade que vem ocorrendo no Município. Adiante acrescentou que "tanto a juíza como a promotoria pública, quanto a polícia se consideram impossibilitados face a forma como ocorre com essa população flutuante". Por outro lado, segundo a Sra. Ruth, isso é "o ônus do progresso" e continuou dizendo que "em Marabá se praticam crimes até de pessoas que vêm do estrangeiro". Finalizando a Dra. Ruth disse: "Para que o Poder Judiciário possa realmente efetivar a justiça ela precisa ver bem montada a polícia civil, que é a polícia de repressão. Isso não acontecendo, tanto o Judiciário quanto o Ministério Público ficam nessa	

	dependência”.	
S	Pistoleiro liquida ladrões de carros	Integrantes de grupo de ladrões de carro desentendem-se e contratam pistoleiros para matar uns aos outros.
SM	Engenheiro comandava a “gang”. Polícia descobre tudo.	
L	A polícia de Marabá concluiu o inquérito que tenta desvendar os crimes que envolve (sic) uma das maiores quadrilhas de puxadores de carros, que já tem como saldo a morte de dois chefes da “gang” e o baleamento do engenheiro Benedito Arache, internado no Hospital Adventista, em Belém, todos envolvidos diretamente com o roubo de carros no sul do Pará.	
M	Lourival Souza é o novo Delegado de Polícia de Marabá	Novos gestores assumem a equipe de polícia, em Marabá.
SM	-	
L	Nomeado para assumir a Delegacia Regional de Polícia, com sede em Marabá, que engloba vários municípios do sul do Pará, o bacharel Lourival Souza, passou uma semana na região para tomar conhecimento prático dos problemas que aflige (sic) toda a área que ficará sob a sua responsabilidade.	

Fonte: *Correio do Tocantins*

Martins (2017) afirma que os regimes de verdade são históricos, têm condições históricas de possibilidade, de validade e de funcionamento. Um dos elementos pelo qual o *Correio do Tocantins* constrói socialmente a violência é a partir do roubo de carros feito por grupos de ladrões. Conforme já mencionado, Becker (1996) destaca que uma das estratégias do governo Federal para a ocupação da fronteira amazônica deu-se pela implantação de redes de integração espacial, entre as quais, a rede rodoviária – ampliada com a implantação de grandes eixos transversais como Transamazônica e Perimetral Norte, e intrarregionais, a exemplo da Cuiabá-Santarém e da Porto-Velho-Manaus.

Os problemas ambientais causados pelo desmatamento da floresta – necessário para a abertura das estradas, no entanto feito sem o amparo de estudos socioambientais para mitigar os impactos; pelo desmatamento de castanhais a fim de promover o plantio de pastos para a criação de gado e/ou para

garantir a posse definitiva das terras de castanhais (Petit, 2003); bem como a violência resultante da atividade agroexportadora e da consolidação dos latifúndios são ocultados do discurso do *Correio do Tocantins*.

Assumem um caráter negativo as pessoas envolvidas no roubo de automóveis, no entanto não se questiona a própria importação do bem de consumo para um espaço onde predominara, outrora, o deslocamento por vias fluviais. Os proprietários dos veículos roubados, provavelmente, são os que enriqueceram na fronteira amazônica – pelo comércio de bens de consumo ou pelo extrativismo, primeiro de borracha, depois de castanha-do-pará. A eles, de maneira direta, os ladrões de carro afetam, por isso precisam ser combatidos. A polícia adquire um viés positivo, pois soluciona os casos; prende os ladrões. O conflito entre os participantes dos roubos soluciona-se em si mesmo, quando matam uns aos outros. A figura do pistoleiro, isto é, a prática de contratar alguém para assassinar outra pessoa, também não é questionada pelo discurso mediático.

Sauer (2005) explica que a pistolagem difere das figuras do cangaceiro e do capanga, comuns no Nordeste brasileiro, uma vez que tem origem histórica e social diferente, bem como uma natureza própria. Segundo o autor, o surgimento do pistoleiro no Pará e na Amazônia data de, mais ou menos, 30 anos com o objetivo de “proteger” de invasão, por parte dos posseiros, as grandes extensões de terra adquiridas por latifundiários. O pistoleiro é, geralmente, contratado para expulsar camponeses de terras ocupadas, para assassinar lideranças e sindicalistas ou, ainda, para “ajudar” nas ações policiais de despejo de posseiros. Por isso, os pistoleiros que assassinam os ladrões de carros não são vistos pelo aspecto negativo, e sim como alguém que apresenta uma solução quando o poder público não o faz. A relação entre os pistoleiros,

policiais e fazendeiros é tão forte que os habitantes de Marabá se sentem amedrontados em denunciar qualquer atividade de pistolagem, pois “é fato por todos conhecido que quem denuncia a ação de pistoleiros contratados por fazendeiros sofre represálias” (SAUER, 2005, p. 80).

O discurso do *Correio do Tocantins* sobre a violência adquire um viés político, no sentido do agonístico (MOUFFE, 2005), quando propõe a busca pela unidade, em um contexto de conflitos e de diversidade, ligada à criação de um “nós” em oposição a um “eles”. A violência, em Marabá, é cometida pelos outros, pelos migrantes que não são naturais da Amazônia, mas que para lá se dirigiram, atraídos pelas políticas públicas do governo Federal e, nos anos 1980, pela descoberta de ouro em Serra Pelada – a qual, no imaginário popular, configurou-se como uma renovação do mito do Eldorado, isto é, da busca incessante por ouro no fundo da cava da mina, à qual todos teriam acesso quanto mais fundo cavassem (PAES LOUREIRO, 1995).

A relação, o intercâmbio, a abertura face ao outro consistem na função de diferenciação da fronteira, apontados por Cunha (2005). No plano comunicacional, o par “nós” e “o outro” é indissociável, pois a relação entre ambos se estabelece a partir de semelhanças e diferenças. França (2002) explica que, ontologicamente, iguais e diferentes convivem sem traumas. Contudo, no plano da experiência, o outro assume o lugar do estrangeiro, que acaba por se tornar a diferença que não se pode ou não se sabe como aceitar. Para Kristeva (1994), o estrangeiro habita no “nós”, revelando a face oculta da identidade, bem como começa quando se adquire consciência da diferença e termina quando todos se reconhecem estrangeiros, rebeldes aos vínculos e às comunidades.

O *Correio do Tocantins* opõe ideologicamente os naturais de Marabá, o “nós”, considerados bons, aos migrantes de outros Estados brasileiros, “os outros”, visto como maus. Construção discursiva contrária à própria formação de Marabá, quarto mais populoso município do Estado do Pará, tendo como característica uma grande miscigenação de pessoas e culturas, inclusive o significado popular de marabá é “filho da mistura”<sup>13</sup>. Martins (2017) lembra que a identidade advém de uma luta simbólica pelo poder de representar legitimamente a realidade. Portanto, no discurso mediático regional, é importante culpar “os outros” pela criminalidade; é importante que se direcione o olhar para os estrangeiros, e não para a impossibilidade do poder público de reprimir os crimes. Esse movimento tanto justifica a atuação dos pistoleiros, como aponta a violência como consequência do desenvolvimento da fronteira amazônica, do “progresso”.

O “progresso” para Marabá, cujos efeitos colaterais são os cenários de violência, carrega em si próprio sentidos positivos e negativos. “Progresso”, de alguma forma, alinha a fronteira amazônica às demais regiões brasileiras; torna-a contemporânea à ordem capitalista mundial e rompe com a visão primitivista e/ou folclórica. Entretanto, o “progresso” também evidencia que nem todos têm acesso a bens de consumo e, portanto, os roubos são a violência com a qual se terá que conviver.

Ao informar os novos gestores da polícia regional, o jornal constrói um discurso de que a violência, preço a ser pago pelo “progresso”, tem condições de ser combatida, também, pelas vias oficiais, e não apenas pela pistolagem. O reforço e o elogio à atuação policial funcionam como deferimento ao poder

---

<sup>13</sup> A formação do povoado de Marabá, no final do século XIX (1892), deu-se, inicialmente, por chefes políticos foragidos de guerrilhas que tinham como palco o norte de Goiás, mais precisamente a cidade de Boa Vista. Cf.: <https://cpee.unifesspa.edu.br/maraba.html> Acesso: 10 fev. 2018.

público instituído de fora, e não pelos naturais de Marabá. Reforça-se a visão da Amazônia como um “vazio demográfico”, em que é necessária a tutela do Estado para garantir o funcionamento da sociedade.

Romão (2013) identifica na articulação de autoridades públicas para a construção social da violência uma forma de reiterar a credibilidade do discurso mediático. Por isso, as vozes apresentadas pelo *Correio do Tocantins* são majoritariamente relacionadas aos delegados de polícia e ao poder judiciário. A opção por autoridades públicas evidencia, da mesma forma, certa hierarquia social em quem são as pessoas de bem (o poder público) e as pessoas do mal (os criminosos, geralmente, migrantes), por exemplo. Revela, ainda, o que é válido como violência e o que não o é. Ideologicamente, a violência é a que afeta as elites político-econômicas, e não a que elas fazem contra as minorias.

### **Considerações finais**

Concebe-se o jornalismo como um tipo de comunicação e de conhecimento, que tanto produz um pensamento sobre o mundo social, quanto reproduz os conhecimentos existentes no mundo. Ou seja, com as notícias, tem-se a possibilidade de se saber sobre as coisas do cotidiano, bem como de se formar as imagens acerca do mundo. Assim, os leitores são capazes de construir modelos mentais sobre os acontecimentos ou a realidade. Uma das muitas maneiras de influenciar a estrutura de um modelo (e, portanto, a compreensão das notícias) consiste em construir o que é importante de ser divulgado, exibindo-o mais ou menos proeminente nas manchetes, nos lides ou nas fotografias. Por isso, necessária é a compreensão de como o discurso mediático se constrói.

A existência do *Correio do Tocantins* está intimamente imbricada à cidade de Marabá, tornando-o legítimo meio de comunicação regional, cuja atuação independe dos grandes grupos políticos-comunicacionais da capital Belém – ORM e RBA. No entanto, a construção social da violência pelo *Correio do Tocantins* alinha-se com um discurso maior, do governo Federal, de expansão da fronteira amazônica. Os conflitos agrários, causados pela expulsão ou expropriação dos trabalhadores rurais, geralmente, feita por pistoleiros contratados pelos fazendeiros, está silenciado do discurso mediático. Caracteriza-se a violência somente quando ela afeta os representantes das elites político-econômicas regionais, prováveis consumidores e comerciantes de bens de consumo, a exemplo dos automóveis.

Da mesma forma, o discurso mediático alinha-se ao discurso institucional para construir a ideia de que violentos são os “outros”, os migrantes, os que não são naturais de Marabá e que para a cidade dirigiram-se a fim de saquear a população. Incapaz de combater a violência dos “outros”, o poder público beneficia-se da atividade dos pistoleiros. A relação tríade entre fazendeiros, pistoleiros e polícia agravou-se com o passar do tempo e, na contemporaneidade, muitos são os casos de trabalhadores rurais assassinados por pistoleiros a mando de latifundiários – casos estes que não são devidamente julgados pela Justiça, por vezes, sequer contabilizados.

A violência consiste num dos mais graves problemas sociais que aflige o Brasil e o Estado do Pará, em especial. Trata-la como consequência natural do processo de modernização da Amazônia contribui para a impunidade de crimes cometidos contra as minorias; justifica a violenta atuação dos pistoleiros; torna invisível o latifundiário; e não chega a um ponto central da sociedade brasileira, que é a Reforma Agrária.

## Referências

BECKER, Bertha K. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1996.

BERGER, Peter L.; LUCKMAN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. 36. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

BUENO, Magali Franco. **O imaginário brasileiro sobre a Amazônia**: uma leitura por meio do discurso dos viajantes, do Estado, dos livros didáticos de Geografia e da mídia impressa. 2002. 197f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-11052004-103058/pt-br.php> Acesso: 21 mar. 2018.

CASTRO, Fábio Fonseca de. Sistemas de comunicação na Amazônia. **Revista Fronteiras – estudos midiáticos**, Unisinos, v. 14, n. 3, set./dez., 2012. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/fem.2012.143.01> Acesso: 21 mar. 2018

CERQUEIRA, Daniel; FERREIRA, Helder; LIMA, Renato Sergio de; BUENO, Samira; HANASHIRO, Olaya; BATISTA, Filipe. NICOLATO, Patricia. **Atlas da violência 2016**. Brasília: Ipea, 2016. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota\\_tecnica/160322\\_nt\\_17\\_atlas\\_da\\_violencia\\_2016\\_finalizado.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/160322_nt_17_atlas_da_violencia_2016_finalizado.pdf) Acesso: 21 mar. 2018.

COSTA, Alda Cristina Silva. **O embate entre o visível e o invisível**: a construção social da violência no jornalismo e na política. 2010. 349f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Pará, Belém, 2010. Disponível em: [http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/4931/7/Tese\\_EmbateEntreVisivel.pdf.pdf](http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/4931/7/Tese_EmbateEntreVisivel.pdf.pdf) Acesso: 21 mar. 2018.

CPT. **Atlas de Conflitos na Amazônia**. Goiânia: CPT; São Paulo: Entremares, 2017. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/25-cartilhas/14066-atlas-de-conflitos-na-amazonia?Itemid=0>. Acesso: 02 mai. 2018.

CUNHA, Luís. **Fronteira, memória e narrativa**. 2005. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/17348/3/Fronteira%2c%20mem%2c%20b3ria%20e%20narrativa.pdf>. Acesso: 21 mar. 2018.

FRANÇA, Vera Regina Veiga. Discurso de identidade, discurso de alteridade: a fala do outro. In: \_\_\_\_\_. (org.). **Imagens do Brasil: modos de ver, modos de conviver**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

HAESBAERT, Rogério. **Regional-global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

KRISTEVA, Julia. **Estrangeiros para nós mesmos**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky; PINTO, Jax Nildo Aragão. A questão fundiária na Amazônia. **Estudos avançados**, v. 19, n. 54, São Paulo, Mai./Ago., 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142005000200005&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000200005&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)>. Acesso em: 02 mai. 2018.

MARTINS, Moisés Lemos. **A linguagem, a verdade e o poder: ensaio de semiótica social**. Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus, 2017.

MARTINS, José de Souza. **A militarização da questão agrária no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1984.

MOUFFE, Chantal. Por um modelo agonístico de democracia. **Revista de Sociologia e Política**, n. 25, nov. 2005. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/7071> Acesso: 21 mar. 2018.

PAES LOUREIRO, João de Jesus. **Cultura amazônica: uma poética do imaginário**. Belém: Cejup, 1995.

PALMER, Richard E. **Hermeneutica**. Lisboa: Edições 70, 2011.

PETIT, Pere. **Chão de promessas: elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964**. Belém: Paka-Tatu, 2003.

PINTO, Pâmela Araújo. **Mídia regional brasileira: características dos subsistemas midiáticos das regiões Norte e Sul**. 2015. 337f. Tese (Doutorado em Comunicação). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015. Disponível em:

[http://www.ppgcom.uff.br/uploads/tese\\_67\\_cbfbd71f5aa10e526b7c59976e2c323.pdf](http://www.ppgcom.uff.br/uploads/tese_67_cbfbd71f5aa10e526b7c59976e2c323.pdf) Acesso: 21 mar. 2018.

RICOEUR, Paul. **Hermenêutica e ideologias**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

RODARTE, Lídia Karolina de Sousa. **A Amazônia codificada**: a configuração narrativa da comunicação institucional. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação). 2017. 148 p. Universidade Federal do Pará, Belém, 2017. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/9296> Acesso: 21 mar. 2018

ROMÃO, Davi Mamblona Marques. **Jornalismo policial**: indústria cultural e violência. Dissertação (Mestrado em Psicologia). 2013. 206f. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-30072013-113910/en.php> Acesso: 21 mar. 2018

SAUER, Sérgio. **Violação dos direitos humanos na Amazônia**: conflito e violência na fronteira paraense. Goiânia: CPT; Rio de Janeiro: Justiça Global; Curitiba: Terra de Direitos, 2005. Disponível em: <http://www.global.org.br/wp-content/uploads/2015/09/2005-Viola----o-de-DH-na-Amazonia.pdf> Acesso: 21 mar. 2018

SCHMINK, Marianne; WOOD, Charles H. **Conflitos sociais e a formação da Amazônia**. Belém: ed.ufpa, 2012.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

VAN DIJK, Teun Adrianus. **La ciencia del texto**. Barcelona, Buenos Aires, México: Ediciones Paidós Ibérica, 1983.

\_\_\_\_\_. Opinions and ideologies in the press. In Allan Bell & Peter Garrett (Eds.). **Approaches to Media Discourse**, v. 21, n. 63. Oxford: Blackwell, 1998. Disponível em:



# revista Observatório

ISSN nº 2447-4266

Vol. 4, n. 6, Outubro-Dezembro. 2018

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/ufv.2447-4266.2018v4n6p293>

<http://www.discourses.org/OldArticles/Opinions%20and%20Ideologies%20in%20the%20Press.pdf> Acesso: 21 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. Power and the news media. In D. Paletz (Ed.). **Political Communication and Action**, v. 9, n. 36. Cresskill, NJ: Hampton Press, 1995. Disponível em: <http://www.discourses.org/OldArticles/Power%20and%20the%20news%20media.pdf> Acesso: 21 mar. 2018

\_\_\_\_\_. **Discurso e poder**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

VELOSO, Maria do Socorro Furtado. **Imprensa, poder e contra-hegemonia na Amazônia: 20 anos do Jornal Povoal (1987-2007)**. 2008. 317 f. Tese (Doutorado em Comunicação) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27153/tde-27042009-115830/pt-br.php> Acesso: 21 mar. 2018.

ZEDUDU. **A história do Correio do Tocantins**. Disponível em: <http://zedudu.com.br/a-historia-do-correio-do-tocantins/>. Acesso: 21 mar. 2018